

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS  
NÚCLEO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVO ARIPUANÃ  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA**

**GILCIOMARA MONTEIRO BRASIL**

**MEMÓRIAS DE MORADORES DE NOVO ARIPUANÃ: DITADURA MILITAR E  
REDEMOCRATIZAÇÃO 1982 A 1992**

Novo Aripuanã  
2024



GILCIOMARA MONTEIRO BRASIL

**MEMÓRIA DE MORADORES DE NOVO ARIPUANÃ**  
Ditadura Militar e redemocratização 1982 a 1992

Trabalho final, apresentado a Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP, defendido no Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã – NESNAP, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado (a) em História, sob a orientação do professor Me. André Luiz Passos Araújo.

Novo Aripuanã, 29 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. André Luiz Passos Araújo  
Professor Orientador

Prof. Me. Sebastião Janderson Torres da Silva  
Membro

Profa. Esp. Patrícia Santos dos Santos  
Membro

**MEMÓRIAS DE MORADORES DE NOVO ARIPUANÃ: DITADURA MILITAR E  
REDEMOCRATIZAÇÃO 1982 A 1992**

*Gilciomara Monteiro Brasil<sup>1</sup>  
André Luiz Passos Araújo<sup>2</sup>*

**RESUMO:** A presente pesquisa em formato de Relato de Experiência traz a temática sobre as memórias de moradores de Novo Aripuanã sobre a Ditadura Militar e período de redemocratização. O objetivo foi de investigar as memórias de moradores deste município, por meio de suas narrativas, sobre o período da Ditadura-Civil-Militar, entre os anos de 1982 a 1992, período que remonta os anos finais do regime e os anos iniciais da Nova República. Para isso foram utilizadas, especialmente, como suportes metodológicos as Técnicas da História Oral, com entrevistas a 07 pessoas que colaboram com informações sobre a temática em investigação. Entre os resultados alcançados é possível dizer que: ocorreu repressão local relacionados aos problemas de implementação do Projeto Esperança, como o descaso e as dificuldades enfrentadas pelo projeto. Na política não foi observada a questão de intromissão por parte do regime militar, e as pessoas comuns aparentemente não sentiram esse embate ou ações desse período, pois existe um desconhecimento em relação ao tema Ditadura Militar. Portanto, esse trabalho evidencia que em Novo Aripuanã não há uma memória coletiva sobre os anos finais da ditadura, visto que as pessoas comuns da sociedade que representam a grande maioria, não têm uma visão clara do que representou esse período.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. Memórias. Novo Aripuanã.

## **1. INTRODUÇÃO**

Diante da relevância do tema, que abrange o nível nacional, e da crescente discussão sobre o assunto no debate político, o presente Relato de Experiência se debruça sobre a Ditadura Civil-Militar, mais especificamente, acerca dos anos finais do regime e início do período de redemocratização do país. Utilizando-se os conhecimentos adquiridos durante o Curso de Licenciatura em História para a construção desse trabalho, mostrando a experiência enquanto pesquisadora, utilizando conceitos relevantes absorvidos durante o curso e mais especificamente, durante os Estágios Supervisionados, nos quais foi possível perceber a necessidade de abordar temas locais, correlacionando-os aos assuntos gerais, para que o aluno possa entender as temáticas a partir também de suas vivências. Pois, a temática da Ditadura carece de constantes análises. Esse exercício se justifica, uma vez que as disputas pela memória da Ditadura estão sendo travadas cotidianamente e parece que nós, historiadores, estamos em uma posição desfavorável (Queirós, 2020).

Grosso modo, o golpe civil-militar, que deu origem ao Governo Militar, foi a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais que atenderiam a algumas das demandas das classes populares em virtude de um projeto de expansão e defesa dos meios de produção das elites dominantes brasileiras. Por meio da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em sindicatos (Guisone, 2014).

Muito se sabe sobre os impactos desse momento histórico nos epicentros políticos nacionais, que foram São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, em relação aos impactos do governo civil-militar nos lugares mais distantes e interioranos do Brasil, não se têm muitos estudos que retratem essa realidade. Diante disso, o objetivo geral desse artigo foi de investigar as memórias de moradores de Novo Aripuanã, por meio de suas narrativas, sobre o período da Ditadura-civil-militar, mais especificamente entre os anos de 1982 a 1992, período que remonta os anos finais do regime e os anos iniciais da Nova República.

Para tanto, foi utilizada a História Oral como ferramenta principal de investigação, auxiliada ainda por documentos legais o Arquivo Nacional e pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002). Para Ferreira, et al (2000) a História Oral fornece informações preciosas que não teríamos obtido sem ela, haja ou não arquivos escritos. De forma específica, este trabalho se apropriou da chamada História Oral Temática, que segundo Meihy (2015) é a solução que mais se aproxima das expectativas acadêmicas que confundem a História Oral com a documentação convencional e se concentra em torno de um tema mais amplo.

Para abarcar uma parte dessa realidade, a estrutura deste relato de experiência, está dividida em três eixos de análise: a Política em Novo Aripuanã nos anos finais da Ditadura Civil-Militar, onde se reflete sobre a visão de políticos sobre esse período a nível local; Olhares Novo Aripuanenses para o período ditatorial, que é discorrido a respeito de como as pessoas comuns enxergavam esse momento no município; e a luta Sindical e a Repressão a nível local: embate em Torno do Projeto Esperança, que é analisado conflitos advindos de sua implementação.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O Relato de Experiência se fundamentou nas técnicas da História Oral, no qual foram entrevistadas 07 pessoas que colaboraram dentro de suas possibilidades em relação à temática: Amilson da Mota Pavão 77 anos, vereador de Novo Aripuanã na década de 1980, entrevista ocorrida no dia 11 de julho de 2024; Manoel Vivaldo Magalhães 71 anos, vice-prefeito no ano de 1982, entrevista realizada no dia 16 de julho de 2024; Omar da Costa Vale (Zito) 75 anos, sindicalista e presenciou um fator importante na década de 1980 sobre o Projeto Esperança, entrevistado no dia 19 de julho; Celso Fernandes 54 anos, filho de colono que veio para o município de Novo Aripuanã através do Projeto Esperança, entrevistado no dia 16 de setembro de 2024; Raimundo Ribeiro Marinho, 70 anos, reside no município desde 1979, entrevistado no dia 19 de outubro de 2024; Maria do Rosário Monteiro 64 anos, residente no município desde a década de 1980, advinda da comunidade São Bento, entrevistada no dia 13 de fevereiro de 2024 e Maria Valdinéia Barros 69 anos, moradora em Novo Aripuanã de 1979, no qual a entrevista ocorreu no dia 05 de novembro de 2024.

Para tanto, torna-se fundamental que se mostre a legitimidade de narradores através da História Oral. E, sem dúvidas, a memória tem constituído uma fonte insubstituível, especialmente para a História Social dos anos recentes, sendo ainda possível recorrer a testemunhos de contemporâneos dos acontecimentos com o recurso da história oral (Queirós, 2020). Como também a utilização de documentos do Arquivo Nacional – Dossiê sobre as denúncias do Projeto Esperança, artigos, livros e dissertações para a fundamentação teórica para as discussões dos resultados encontrados, de acordo com estudo de Gil (2002) com a pesquisa bibliográfica.

## **3. A POLÍTICA EM NOVO ARIPUANÃ NOS ANOS FINAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR**

Novo Aripuanã, nos anos de 1980 era uma cidade pacata, ainda em período de expansão urbana e populacional. Não havia muitos meios de comunicação em larga escala, e apenas algumas poucas pessoas tinham condições de possuir telefone fixo, conforme se observa nas narrativas. O meio de comunicação mais acessível era o rádio, canais tais como a Difusa e Rio Mar. Porém, muitos moradores comuns não tinham tempo necessário para ouvir as notícias, devido ao trabalho.

Os aparelhos de TV também eram raros, pois o valor desses equipamentos ainda era alto em comparação com a renda dos moradores daquela época. Fato oposto dos grandes centros do país em que a televisão, disseminou discursos e imagens tornando-se um eficaz veículo de transmissão dos ideais do governo ditatorial, reunindo, em um mesmo veículo, jornalismo, diversão e propaganda. De certa forma, essa escassez de informação e pouco acesso da televisão, fez com que muitas pessoas que residiam em Novo Aripuanã não recebessem informações do que acontecia no Brasil de forma geral. Apesar disso, pessoas envolvidas na política municipal e em organizações civis, como sindicatos, possuíam formas de comunicação mais assertivas, dadas suas redes de interação com outras regiões e sua atuação no contexto da vida social e política do município.

No bojo dos colaboradores que atuavam no campo da política municipal, destacamos os depoentes Amilson Pavão e Vivaldo Magalhães que contaram sua trajetória. O primeiro narrador, Amilson Pavão aponta como ele enxergava a questão da ditadura a nível local. Primeiro, temos uma narrativa onde ele aponta como foi para ascender ao cargo legislativo para vereador:

Olha aqui, aqui eu fui vereador, o segundo mandato para vereador. Nesse tempo eu assumi a presidência da Câmara também, novamente, porque o Vivaldo era prefeito e tinha o nosso vice que era o Lourival Holanda, mas ele foi caçar aí para dentro do Rio Aripuanã e se atirou e morreu [...] O Lourival morreu e eu era presidente da Câmara e assumi a vice prefeitura por 2 anos. (Amilson Pavão, 2024)

#### Sobre a Ditadura Militar:

Sobre a ditadura, aqui foi tudo normal, nunca interferiu, graças a Deus. O povo aqui nunca sofreu com a ditadura. Eu lembro aqui era o Figueiredo, depois entrou aquele de Minas, Tancredo Neves que deu a democracia para o povo. (Amilson Pavão, 2024)

De acordo com o segundo relato, percebe-se que a ditadura não impactou nos mandatos políticos, em Novo Aripuanã quase não se ouvia falar de intromissão dos militares nas eleições. Tanto que o narrador admite que o povo do município nunca sofreu com a ditadura, que viviam uma vida pacata sem repressões por parte do regime instaurado no país. Ele alega que o fato da distância do município para as duas cidades envolvidas diretamente no vento acabou protegendo os moradores de um embate direto.

Talvez pela distância né? Pois morávamos mais escondido e nem todo mundo vinha por aqui. Só os políticos quando queriam alguma coisa em época de eleição do estado. (Amilson Pavão, 2024)

A fala do Sr. Vivaldo Magalhães, o segundo entrevistado, e vice-prefeito à época, confirma essa perspectiva.

Olha, o meu mandato de vereador foi um mandato excelente. Não havia naquele momento essa divisão política acirrada né. E passei 6 anos como vereador e 6 como vice-prefeito, assim sem problema algum, os prefeitos na época executavam seus mandatos sem atritos [...]. (Vivaldo Magalhães, 2024)

A questão política aparentemente foi tranquila segundo o Sr. Vivaldo, o que vai ao encontro da fala do Sr. Amilson. As eleições corriam normalmente e sem interferências externas.

Naquela época não vimos nada em relação a agressões, ou outros tipos de repressões que pudesse ser a mandado dos militares. Nós vivíamos aqui em uma calma mesmo (Vivaldo Magalhães, 2024).

Por ser já os anos finais da ditadura no Brasil, esses impactos não foram sentidos, trazendo novamente os estudos de Figueiredo (2014), a distância geográfica pode ter protegido o povo do Amazonas de um embate direto.

#### **4. OLHARES NOVO ARIPUANENSES PARA O PERÍODO DITATORIAL**

A sociedade Novo Aripuanense, em especial as pessoas comuns, tendem a não ter uma visão autoexplicativa sobre o período da Ditadura no Brasil, e menos ainda a nível local. A questão da educação em Novo Aripuanã naquele período é um fato a ser questionado. Pois, muitas pessoas que residiam no interior não conseguiam concluir seus estudos, como é o caso da terceira e do quarto entrevistados: a senhora Maria do Rosário Monteiro e seu Raimundo Ribeiro Marinho, respectivamente:

Bem, eu vim para cá porque não tinha como meus filhos estudarem lá no interior, porque lá não tinha professores. Eu só estudei até a 4ª série. Quando eu cheguei aqui em Novo Aripuanã, só tinha mesmo quatro ruas da frente. Da garagem para trás não tinha nada de cidade [...]. (Maria do Rosário Monteiro, 2024).

Nós viemos para cá pra Aripuanã mais ou menos em 1979, uns 45 anos atrás. Viemos porque a gente queria dar condições de estudo para nossos filhos né. Nós não tínhamos mais queríamos que eles tivessem. (Raimundo Ribeiro Marinho, 2024).

Essa era a realidade de muitos moradores do interior, que vinham para a sede do município em busca de estudos para seus filhos e alguma atividade que pudesse manter o seu sustento como é o caso da pesca e extrativismo.

Corroborando a compreensão de como esse período se configurou em Novo Aripuanã, temos a fala de seu Vivaldo Magalhães ao afirmar que a ditadura não chegou a impactar na vivência dos moradores locais, nos casos de repressão, assassinatos ou interferência política. Relata que o cotidiano era tranquilo, não havia roubos, circulação de drogas – pelo menos não se tinha conhecimento – era uma cidade tranquila.

As eleições eram calmas, não existia a questão da compra de votos, as pessoas votavam em seus candidatos pela amizade e confiança:

Por exemplo, eu fui eleito prefeito, eu era professor, ahm, não tinha dinheiro e fui eleito na base da amizade, na relação pessoal com os amigos. Hoje, a partir desse momento, inflacionaram a eleição, e hoje se você, com certeza conhece o pessoal do meio político, quem não gasta dinheiro na eleição não se elege (Vivaldo Magalhães, 2024)

Essa afirmativa foi motivo de questionamento aos depoentes, uma vez que o município já apresentou evento de extrema turbulência no processo eleitoral no que ficou conhecido como “O Quebra-Quebra de 1992” no qual, pessoas indignadas com os resultados parciais da apuração, atearam fogo no cartório local, onde era feita a contagem dos votos. Mais adiante desse período já se observa essas interferências fraudulentas, como é possível observar na fala do senhor Vivaldo Magalhães:

Naquela época era 6 anos e ficamos 6 anos e na próxima eleição, eu fui candidato e fui derrotado e tinha problema, manipulavam a eleição. Eu perdi, perdi e partir pra outra né. Passei 4 anos sem mandatos, aí a partir desse momento passou a ser 4 anos de mandato. (Vivaldo Magalhães, 2024)

Neste ponto, nota-se que a uma mudança na postura das pessoas na questão da política, pois o que antes era algo tranquilo, passou-se a ser considerado um problema, ou seja, a falta de transparência nas eleições. Outro ponto importante da entrevista de seu Vivaldo Magalhães está relacionado ao Projeto Esperança, implementado no governo de Gilberto Mestrinho em 1983, com o objetivo de alavancar a produção agrícola nessa região.

Existia uma preocupação notável dos militares em relação à Amazônia, conforme argumenta Miranda (2018, p. 650):

“A ocupação, integração, desenvolvimento e colonização” da Amazônia é totalmente baseada no interesse da ditadura na região e

nos lemas dos militares: “Desenvolvimento com segurança” e “Integrar para não entregar”. Quanto mais territórios ocupados por simpatizantes do regime, menores as chances para o surgimento de oposição”

Isso porque, para apoiar a política de ocupação e colonização da Região Norte, foram criadas inúmeras campanhas institucionais, com extensa produção de materiais de comunicação. Um dos principais slogans dessas campanhas era “Uma Amazônia sem homens, para homens sem-terra “. Esse slogan complementava o do Plano Integração Nacional (PIN) de 1980: “Integrar para não\_Entregar” (Sousa, 2019).

Para adentrar nesse contexto, na realidade de Novo Aripuanã e conhecer mais sobre o Projeto Esperança, temos a fala do senhor Vivaldo:

O Projeto Esperança foi um projeto do Governo do Estado, é que o governo achou que deveria implementar um projeto, né, no interior do estado para desenvolver a produção agrícola, e nós tivemos a oportunidade do governador mandar esse projeto para cá, trazendo pessoas de fora, maior parte delas eram pessoas do Sul, e foram colocadas algumas na estrada de Novo Aripuanã/Apuí e outros foram nos rios, e as pessoas do Sul, a maioria delas não têm contato com o rio e isso foi uma das dificuldades do Projeto Esperança, que foi a maioria colocado no rio Aracú, Rio Aripuanã, Rio Arauá, e eles por não terem esse conhecimento de rios, eles tiveram dificuldades. (Vivaldo Magalhães, 2024).

Conforme a fala do Sr. Vivaldo, o projeto levou pessoas para morarem e trabalharem ao longo da estrada AM 174, Km 13, e nos rios da região sem o devido planejamento e sem observar os desafios que aquelas pessoas enfrentariam em um espaço pouco conhecido por eles. Em uma região com muitos rios, onde boa parte do transporte é fluvial, muitos colonos, oriundos – em sua maioria – da região sul do Brasil, se arriscavam no desconhecido, enfrentando as turbulências das correntes e dos banzeiros sob risco de afundarem suas embarcações e morrerem afogados por não saberem nadar, por exemplo. Como fica visível na fala do quinto entrevistado, seu Zito, essa situação de descaso:

O governo não ligou mais para as pessoas que vieram e morreram, chegaram de outros estados. É que o nosso estado é diferente [...] então a gente começou a denunciar, a gente andava na margem desse rio Aripuanã, Arauá, Aracú, via aquelas pessoas sentadas na água, muitas morreram na derruba de árvores e não tinha aquela proteção que devia ter, como foi no início aí nós começamos a denunciar. (Osmar da Costa Vale - Zito, 2024)

Ocorriam muitas irregularidades na implementação do Projeto Esperança em Novo Aripuanã. Pessoas acostumadas com outra cultura e enfrentando dificuldades pela

peculiaridade que a região do Amazonas apresenta. Apesar de ser considerado um projeto audacioso, este enfrentou muitas dificuldades no decorrer de consolidação:

Era uma projeto ambicioso do governo do estado que pra nós aqui se esse projeto fosse desenvolvido da forma que foi planejado, Novo Aripuanã, com certeza estaria muito mais desenvolvido do que está, porque eu lembro que existia uma empresa chamada CONAB que era do estado e ela tinha obrigação de financiar e comprar a produção e de repente não aconteceu, eu vi uma época, não lembro o ano, mais foi nesse período de 82 a 88, não lembro muito bem o ano e ali em frente do mercado municipal, trouxeram arroz para embarcar para mandar para Manaus, então para ser beneficiado aqui mesmo e essa produção veio a estragar porque não vieram buscar, foram pilheiras de sacas de arroz, jogadas no meio da rua e isso foi prejuízo para todos os produtores e assim foi acabando a força do projeto. (Vivaldo Magalhães, 2024).

É possível perceber que esse projeto foi bem-visto pelos governantes locais da época, já que representava desenvolvimento e a inserção de novas técnicas de produção agrícola, em uma região pouco habitada no período. Essa não foi uma realidade isolada de Novo Aripuanã, no Amazonas, pois a região de Ariquemes, em Rondônia, durante a década de 1970, foram implantados dois Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD), como parte da iniciativa de colonização do governo militar (Silva, 2020).

Em Novo Aripuanã, várias famílias vindas de outros estados foram cooptadas por esse mesmo projeto, conforme o relato de um filho de colono que veio residir no município de Novo Aripuanã aos 12 anos de idade, juntamente com sua família, o sexto entrevistado, o senhor Celso Fernandes:

[...] sou filho de colono, a gente veio de Rondônia, atrás de terras, com a proposta que foi feita. Na época a gente morava na linha 4, Cacoal, Rondônia, a gente trabalhava com colheita de café, plantio de feijão para subsistência. E quando foi em maio de 1983, apareceu lá um pessoal, que era do governo do Estado do Amazonas, que na época era o Gilberto Mestrinho, o governo, fazendo propostas para trazer as pessoas para cá, para doar terra e trabalhar na agricultura. Era um projeto que se chamava Projeto Esperança [...]. Aí com essa proposta ele se animou de vir para o Amazonas, já que ia ser doado um sítio, na época a proposta era um sítio de 100 hectares, o governo ia dar condições de dois anos para o colono chegar e começar a trabalhar na agricultura. (Celso Fernandes, 2024)

Novo Aripuanã acaba recebendo famílias de vários estados, como é o caso de Celso que veio do Paraná e acabou firmando família neste município. Esse evento de migração acabou modificando em certa medida a configuração social ao longo do tempo pois, atualmente, se observa famílias que foram constituídas entre colonos e moradores locais. Apesar de não ter

representado um aumento populacional significativo. Muitos foram os brasileiros habitantes de outras regiões que acabaram se deslocando para o Norte a partir da promessa de facilitação de acesso às terras pelos governos militares, sobretudo durante o governo Médice (Luiz, 2017).

Neste momento Novo Aripuanã, passa a conviver com essa interferência advinda do Projeto Esperança. Corroborando com a compressão de como era essa configuração social nos anos finais da Ditadura neste município, temos o quarto entrevistado o senhor Raimundo Ribeiro Marinho, que expos seu ponto de vista:

Sobre a Ditadura, olha aqui, eu ouvia falar sim, mas nunca quis saber o que era. Na verdade, é assim, nós não tínhamos tempo para estar assistindo televisão, porque a gente tinha que trabalhar para sustentar a família. (Raimundo Ribeiro Marinho, 2024).

Nessa fala de seu Raimundo Ribeiro, nota-se que a necessidade de trabalhar dificultava seu acesso a mais informações, apesar de possuir televisão, não tinham disponibilidade de horas livres para contemplar e receber notícias por esse meio. Essa é uma questão individual de cada ser humano, escolher as suas prioridades, e a subsistência neste caso, foi a opção de seu Raimundo. Ele continua a explanar sobre os meios de comunicação que possuía na época:

Bom, os meios de comunicação era mais a rádio, a difusora e a Rio Mar. [...] Hoje as coisas são mais diferentes, porque tem telefone/celular e até uma criança de três anos, como essa aqui consegui pesquisar uma coisa. E isso não tinha naquela época. Vou te falar a verdade, nós não sabíamos mais sobre essa Ditadura, porque nós éramos todos matutos, mana. (Entrevista com o Sr. Raimundo Ribeiro Marinho).

Nesta outra fala do senhor Raimundo Ribeiro quando ele menciona que “todos eram matutos” se refere a questão de não terem estudado o ensino básico. Trazendo o elemento educação como importante pauta sobre o acesso ao conhecimento.

Outro ponto relevante apontado por seu Raimundo Ribeiro é a questão das poucas possibilidades de comunicação naquela época. Pois, o Rádio era a forma mais acessível de conseguir informações, já que não havia outros meios ao alcance das pessoas comuns, e financeiramente mais desprovidas. O telefone por exemplo, era algo muito escasso, visto que nessa época, existia apenas a Telecomunicações do Amazonas S/A – TELAMAZON, que oferecia serviço de comunicação pessoal via telefone acessível à população. O serviço era feito por meio de atendimento individual em linha telefônica operada por telefonista. Era uma

disputa para quem conseguia fazer uma ligação, pois a fila de espera era sempre muito grande. Assim, percebe-se que esse é um dos fatores que impediram que as informações sobre a ditadura não chegassem de fato no município, pois muitos moradores desconhecem até mesmo o termo “Ditadura”. O discurso do senhor Raimundo Ribeiro aponta o descaso dos poderes públicos com o município, refletindo, nas entrelinhas, o pouco investimento em infraestrutura de comunicação e informação, bem como no fomento à educação.

A outra entrevistada é a senhora Maria Valdinéia Barros, que falou do seu conhecimento sobre a Ditadura Militar:

Sobre a Ditadura, eu sei quase nada mana, eu ouvia falar as vezes no rádio de algo assim, mas não sei o que era de verdade. Para mim é algo longe da minha vivência aqui. Por isso não sei nem como te explicar. Eu não tive estudo sabe, só estudei até a quarta série no interior e depois parei porque vieram as crianças e não tive como seguir sabe. (Maria Valdinéia Barros, 2024)

Isto posto, consegue-se vislumbrar que a ditadura de fato não parece ter uma presença marcante na memória da população e se coloca como um momento pouco compreendido pelos indivíduos. Não existia informações adequadas sobre o período em que o país se encontrava e nem ações locais que pudessem levá-los a compreender tal realidade. Talvez, pelo isolamento e pelo descaso que a população vivia, suas demandas e preocupações se direcionava para outros problemas. Reforçando ainda mais esse desconhecimento, tem-se a narrativa da senhora Maria do Rosário, onde apresenta seu conhecimento sobre a Ditadura em Novo Aripuanã:

Sobre essa tal de ditadura, eu não me lembro de nada sobre isso, nem sabia que tinha tido isso em Novo Aripuanã. Eu ouvia pouca coisa pelo Rádio, a Difusora, quem tinha rádio ouvia algumas notícias. Mas, aqui na cidade nunca vi nada sobre essa Ditadura. (Maria do Rosário, 2024)

Dona Maria do Rosário, reforça a questão da utilização de Rádio em Novo Aripuanã, a Difusora. Entretanto, mesmo recebendo algumas notícias por este meio de informação, não foram suficientes para a compressão sobre o período da Ditadura. Algumas pessoas vindas da zona rural, também não entendiam esse momento em que o país vivia. Chegando em Novo Aripuanã na zona urbana, as coisas continuaram tranquilas, com o acréscimo de que estava agora residindo em um município, que poderiam receber mais atenção por parte dos governantes.

Essa expectativa a respeito da precariedade do estudo a qual os depoentes Maria do Rosário, Maria Valdinéia e seu Raimundo se referem, parece explicar, em parte, a falta de

conhecimento sobre o regime. É consenso que a educação formal contribui muito para a reflexão e conhecimento de mundo. De acordo com Cascais e Terán (2011) a educação, prepara as pessoas para o desenvolvimento de suas atividades durante de sua vida. Com a falta da educação, especialmente a formal, as pessoas tendem a não desenvolver certas habilidades com mais facilidade, como é o caso do senso crítico. Porém, como uma exceção a isso, tem-se, a partir dos anos de 1978, um curioso cenário em que indivíduos de uma classe privada do processo educacional formal, passam a construir, a partir da luta engajada, uma análise crítica da sua realidade e das condições de abandono e exploração. É nesse processo que vão envolver-se com uma faceta da atuação do Regime Militar. Destaca-se a seguir, a luta dos trabalhadores rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanã e seu embate com agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI) no contexto do Projeto Esperança.

## **5. A LUTA SINDICAL E A REPRESSÃO ESTATAL: UM EMBATE EM TORNO DO PROJETO ESPERANÇA**

Em Novo Aripuanã o movimento sindicalista deu os primeiros passos em 1978, conforme informação do SIN em 1984 e a concretização da instalação da instituição legalizada se deu no ano de 1982. Os principais idealizadores foram: Orfilo Nazaré Remijo Teixeira e Osmar da Costa Vale. Em parte, essa luta por direitos trabalhistas se deu por dois aspectos: interesse particular e influências externas. No primeiro aspecto, tem a interessante história de Orfilo Nazaré Remijo que a procura de ajuda para a compra de uma medicação para o tratamento de epilepsia precisou viajar até a capital do estado do Amazonas, Manaus. Dessa forma, seu Orfilo procurou uma maneira mais fácil de conseguir a sua medicação e estando em Manaus, foi em busca de informações sobre o seu problema na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Amazonas (FETAGRI). Com isso, seu Orfilo começa a questionar como poderia defender os direitos do trabalhador da agricultura no Amazonas e particularmente em Novo Aripuanã. Mencionado o segundo aspecto, temos as pessoas que orientavam esse morador comum e sem estudo formal, a lutar por esses direitos trabalhistas que até então não eram consolidados em Novo Aripuanã. Nesse momento entra em cena a figura marcante de Padre Ramiro de Benito, Pároco que lutou intensamente pelas causas sociais neste município. Assim, começaram a ser travadas as primeiras lutas sindicais em Novo Aripuanã.

Seguindo essa linha de investigação, das lutas sindicais, tem-se mais um entrevistado, o seu Osmar da Costa Vale (Zito) um sindicalista, que presenciou um momento ímpar na década de 80 em relação também ao Projeto Esperança:

Na época do Gilberto Mestrinho, nós começamos a denunciar os descasos do projeto, e o governador não ficou contente com isso. Um dia chegaram por aqui para nós levar e fomos embora pra Manaus numa lancha, não fomos realmente presos e torturados. Então quando nós chegamos lá em Manaus, através da Federação, da CUT, da Confederação [...] eram as entidades que nos apoiavam. Na época, nós tentamos ligar, era a Telamazom, quando nos chamávamos e pedia o telefone pra ligar, eles não permitiam. Aí na época mandaram cortar a Telamazom, a gente não tinha como se comunicar. Naquela época fomos: eu, foi Orfilo e o Péricles, que era bacharel em direito, e ele sempre assessorava a gente porque ele fazia uma visita de fiscalização por ali e ele sempre teve com a gente [...] (Osmar da Costa Vale – Zito, 2024)

Nesse relato, observa-se que de fato houve uma repressão no período da ditadura em Novo Aripuanã. Isso se deu pelo fato de alguns sindicalistas, indignados com a situação de pessoas que vieram de outros estados para trabalhar pelo projeto Esperança. A narrativa aponta também para a questão da censura na comunicação via telefônica, pois os militares utilizavam diversos métodos para interceptar e controlar as comunicações telefônicas (Assad, 2013). Essa interceptação comunicativa pela TELEMASON ficou visível na fala de seu Zito.

Essa luta também era de outras personalidades, como foi o caso de Padre Ramiro de Benito, muito ativo nas lutas sociais do povo local. Nesse momento, evidencia-se essa união de diferentes frentes na luta contra as irregularidades ocorridas com pessoas nesse projeto do governo do estado do Amazonas. Essa união entre Sindicato e a Igreja Católica já é antiga. Sob a influência das encíclicas sociais, a igreja Católica Apostólica Romana incentivou o processo de cartas de reconhecimento dos sindicatos, a ponto de ser a força mais influente em algumas regiões, como o Nordeste, à época do golpe (Novaes, 1987). Assim, os trabalhadores que foram colocados em situação de trabalho degradante pelo Projeto Esperança também foram defendidos pelo Sindicato dos Trabalhadores de Novo Aripuanã, e isso desagradou o governo do estado que estava ainda arraigado com as políticas ditatórias, em especial sobre o desenvolvimento regional, na época era o governador Gilberto Mestrinho quem assumiu essa responsabilidade. Os Governos Federais e Estaduais tinham uma visão muito distorcida do que realmente o desenvolvimento representa, pois não se pensou nas questões ambientais e nem culturais que um projeto desses poderiam trazer para essa localidade. Como se a visão do vazio demográfico estivesse sempre pairando nas mentes dos políticos da época. A ideia de Vazio Demográfico faz parte do ideal de controle proposto pelo Governo Militar.

Por todo exposto, é perceptível que existia uma dualidade em relação ao interesse individual entre os moradores de Novo Aripuanã: de um lado pessoas ligadas à luta sindical que se deu a partir de interesses particulares, de outro lado, pessoas comuns que não estavam interessadas em saber sobre essas questões devido estavam incumbidos, essencialmente, de prover o sustento de suas famílias. Essa parcela da população representava a maioria dos habitantes, o que contribui para entender que neste município não há uma memória coletiva sobre os anos finais da Ditadura Militar. Apenas existem lembranças do período pós ditadura, já nos anos de redemocratização do Brasil.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente relato de experiência, que trata da pesquisa realizada através das técnicas da História Oral, trouxe à tona pontos importantes para a reflexão sobre o Período da Ditadura Militar em Novo Aripuanã.

O fato de a população civil, de forma geral, não ter sofrido com a atuação direta da ditadura, revela o quão isolado estava a região em relação aos embates políticos do momento. É interessante essa perspectiva, uma vez que o período estudado compreende fortes movimentos populares contra o regime ditatorial, a exemplo das Diretas Já, e das tratativas para a transição para Nova República que insuflaram os debates em torno da Constituinte. A precariedade dos meios de comunicação, as políticas estatais que pouco se preocupavam com o interior e a dificuldade de acesso à educação formal, podem ser chave elementar para compreender esse fenômeno. Não à toa que alguns dos depoentes disse não compreender o termo “ditadura” e afirmam que não sofreram repressão, torturas ou qualquer ato direto desse governo. Isso aponta também, para o fato de que as pautas sociais da comunidade parecem ser outras, tirando ou não oferecendo relevância ao status da política nacional, pois suas demandas eram outras.

Já a classe sindical e política reconhece de fato o que representou esse momento histórico. A primeira afirma que houve sim repressão, especialmente em relação aos conflitos advindos do Projeto Esperança como: denúncias de abuso e descaso, que se avolumou de uma forma que chamou a atenção dos agentes de informação e a segunda afirma que apesar do momento conturbado e difícil, a ditadura não interferiu significativamente no exercício de seus mandatos. Por fim, e não menos relevante, a questão do interesse particular de cada cidadão. Pois, a luta sindical em Novo Aripuanã no final da década de 70 foi resultado disso,

e posteriormente, um de seus idealizadores, que não possuía educação formal, recebeu orientação adequada para poder lutar por mais direitos dos trabalhadores rurais e que depois esse objetivo foi sendo aperfeiçoado com a colaboração de liderança católica da época. Na outra extremidade de posicionamento, estavam as pessoas comuns que não se preocupavam com essas questões trabalhistas e apenas lutavam pela sua sobrevivência.

Desse modo, o presente estudo conseguiu alcançar seu objetivo geral, pois é possível conhecer através de alguns narradores como era a configuração política, econômica (em parte), social e até mesmo sindical no período de 1982 a 1992 neste município. Foi possível compreender que a Ditadura Militar não possui uma memória coletiva, pois as pessoas comuns que representam essa maioria, desconhece de forma considerável sobre a temática em investigação.

Desse modo, a contribuição dessa pesquisa está relacionada ao registro da história local, já que não parece haver estudos acadêmicos relacionados especificamente a esse tema, e colocando como fonte para pesquisas futuras.

## 7. FONTES ORAIS

Maria Valdinéia Barros. **Memórias de moradores de Novo Aripuanã: Ditadura Militar e Redemocratização 1982-1992.** Entrevista concedida à Gilciomara Monteiro Brasil. Novo Aripuanã, Amazonas, novembro de 2024.

Celso Fernandes Rocha. **Memórias de moradores de Novo Aripuanã: Ditadura Militar e Redemocratização 1982-1992.** Entrevista concedida à Gilciomara Monteiro Brasil. Novo Aripuanã, Amazonas, setembro de 2024.

Manoel Vivaldo Magalhães. **Memórias de moradores de Novo Aripuanã: Ditadura Militar e Redemocratização 1982-1992.** Entrevista concedida à Gilciomara Monteiro Brasil. Novo Aripuanã, Amazonas, julho de 2024.

Raimundo Ribeiro Marinho. **Memórias de moradores de Novo Aripuanã: Ditadura Militar e Redemocratização 1982-1992.** Entrevista concedida à Gilciomara Monteiro Brasil. Novo Aripuanã, Amazonas, outubro de 2024.

Maria do Rosário Monteiro. **Memórias de moradores de Novo Aripuanã: Ditadura Militar e Redemocratização 1982-1992.** Entrevista concedida à Gilciomara Monteiro Brasil. Novo Aripuanã, Amazonas, fevereiro de 2024.

Amilson da Mota Pavão. **Memórias de moradores de Novo Aripuanã: Ditadura Militar e Redemocratização 1982-1992.** Entrevista concedida à Gilciomara Monteiro Brasil. Novo Aripuanã, Amazonas, julho de 2024.

Osmar da Costa Vale. **Memórias de moradores de Novo Aripuanã: Ditadura Militar e Redemocratização 1982-1992.** Entrevista concedida à Gilciomara Monteiro Brasil. Novo Aripuanã, Amazonas, julho de 2024.

## 8. REFERÊNCIAS

ASSAD, Livia. Jornalismo e ditadura militar no Brasil: da censura à resistência nas redações. 2013. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/active/67660>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

CASCAIS, Maria das Graças Alves; TERÁN Augusto Fachín. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. 2011. Revista em Tela. Vol 07. Número 02. Trabalho apresentado no XX Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (XX EPENN), promovido pelo Forpred-Norte e Nordeste e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação a Universidade Federal do Amazonas/UFAM, de 23 a 36 de agosto de 2011, Manaus-AM.

Dossiê sobre os Conflitos de terras no Projeto Esperança - 1984. Arquivo Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br> Acesso em: 10 de outubro de 2024.

FERREIRA, Maneta de Moraes; FERNANDES, Tania, Maria; ALBERTI, Verena. História oral desafios para o século XXI. online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books.

FIGUEIREDO, Paulo, Roberto de Moraes Rego. **O Golpe Militar no Amazonas. Crônicas e Relatos**. 2ª edição- Revista e Ampliada. Manaus, 2014.

GUISONI, Divo (Org.). **O livro negro da ditadura militar**. São Paulo: Anita, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2014.

GIL, Antônio, Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Ed. 4. São Paulo. Atlas. 2002.

LUIZ, Janailson, Macêdo. Memórias da Ditadura Militar na Amazônia: experiências de mulheres e homens negros em tempos de guerrilhas. Artigo baseado em Tese de doutorado no programa de pós-graduação em História Social. Encontro 2018 -História Oral. Seminário. 2ª edição. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525143543> - ARQUIVO - final.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe. HOLANDA, A, F, Fabíola. **História fazer, como pensar**. 2 ed. 4º repressão- São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro**. Revista de História 155 (2º - 2006), 191-203.

MIRANDA, Camila, Monção. Ditadura Militar na Amazônia: projetos desenvolvimentistas e contrassensos. Anais Eletrônicos – VII Ephis – Encontro de Pesquisa em História da UFMG. 07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Departamento de História – FAFICH / UFMG, 2018.

NOVAES. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo São Paulo**, 1997. 238 p. Rio de Janeiro. Graphic, 1997.

QUEIRÓS, Augusto, Bubolz. Que fizeram com meu pai: sindicalismo e ditadura nas Amazonas. Revista Escritas do Tempo. – v. 2, n. 4, mar-jun/2020–p. 183-206.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

SILVA, Amanda, Araújo. A política de segurança nacional e desenvolvimento: um projeto da ditadura militar para o território federal de Roraima. Universidade federal de Roraima pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação programa de pós-graduação em sociedade e fronteiras (1970-1979). Boa Vista - Roraima, 2020.

SOUZA, Fernando. Amazônia: uma terra sem homens para homens sem-terra. Disponível em: “AMAZÔNIA: UMA TERRA SEM HOMENS PARA HOMENS SEM-TERRA” ÁGUA, VIDA & CIA – Fernando José de Sousa Acesso em: 15 de outubro de 2024.